

# DA BEIRA DO RIO AO RASO DA CATARINA – LUTA PELO TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO TUXÁ EM RODELAS, BAHIA

Raquel Lemos de Oliveira <sup>1</sup>

## RESUMO

A educação escolar indígena é fundamental para garantir os direitos destes povos a sua própria cultura, bem como a manutenção de sua história e sedimentação de sua identidade. Nesse contexto, o projeto "O Povo Tuxá e o Bioma Caatinga: Da Beira do Rio ao Raso da Catarina", realizado em 2023 pelo Colégio Estadual Indígena Capitão Francisco Rodelas, representa uma prática pedagógica que integra saberes ancestrais e metodologias ativas, com foco na relação do Povo Tuxá com seu território tradicional que, há cerca de trinta anos, está em disputa e o povo conta cada vez menos com a possibilidade de acesso, dificultando práticas ancestrais de manejo e uso dos recursos naturais da caatinga. O projeto foi implementado ao longo do ano letivo de 2023, com grupos compostos por estudantes de várias séries do Ensino Fundamental e Médio, culminando com uma feira ao final do ano. Ao analisar a iniciativa sob a perspectiva etnometodológica e do conceito de território de Milton Santos, é possível explorar como o projeto contribui para uma educação intercultural, específica e diferenciada que possibilita acesso aos conhecimentos científicos em diálogo com os saberes indígenas, contribuindo com a valorização das práticas culturais e indenitárias. Os resultados indicam que o projeto promoveu um aprendizado mais relevante e significativo, aumentou a autoestima dos estudantes e demonstra que a educação contextualizada é uma ferramenta poderosa para formação de estudantes autônomos, capazes de pensar criticamente e sentir-se conectados à sua comunidade. Este estudo contribui para o debate sobre a importância da educação escolar indígena e oferece insights valiosos para a implementação de práticas pedagógicas eficazes em contextos culturais específicos.

**Palavras-chave:** Educação escolar indígena, Metodologias ativas, Povo Tuxá, Território.

## INTRODUÇÃO

A história do Povo Tuxá reflete a trajetória de luta e resistência vivida por muitos povos indígenas do Nordeste brasileiro, que sofreram intensos processos de colonização e tentativas de apagamento cultural e territorial. Os Tuxá se consideram remanescentes dos índios rodeleiros que habitaram a região semiárida do Submédio Rio São Francisco há séculos. Esse contexto histórico deu origem a movimentos de etnogênese e de ressurgimento étnico, marcando a afirmação identitária do Povo Tuxá na contemporaneidade.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduanda do Curso de Pós-Graduação em Educação e Práticas Pedagógicas Contemporâneas do Instituto Federal Farroupilha – IFFAR, [raquel.77509@aluno.iffar.edu.br](mailto:raquel.77509@aluno.iffar.edu.br).

O território tradicional do Povo Tuxá passou por uma significativa transformação em 1987, com a instalação da Barragem de Itaparica pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Tal evento causou o alagamento do Surubabé, Zorobabel, DZorobabé ou Surubabel - Terra sagrada, forçando uma evasão compulsória da comunidade que, em parte, se estabeleceu na “Aldeia Mãe” no município de Rodelas, norte baiano, em uma área próxima às antigas terras, preservando sua relação ancestral com a região. Desde então, a comunidade luta pela recuperação de seu território, com seus esforços culminando no processo de autodemarcação do território Dzorobabé (DURAZZO, 2019).

O Colégio Estadual Indígena Capitão Francisco Rodelas (CEICFR), localizada na Aldeia Mãe Tuxá simboliza uma grande conquista para a comunidade indígena local. Sua construção foi fruto de um longo movimento iniciado em 1997, em prol de uma educação específica, decolonial, diferenciada e de qualidade para os povos indígenas, conforme previsto na Constituição Brasileira. Neste processo, a escola assume um papel central de disseminar informações sobre o tema, mobilizar a comunidade e ensinar aos alunos a fortalecerem a luta pelas suas terras. O projeto da Feira Cultural aconteceu nos anos de 2015 e 2017 e foi interrompido primeiro por falta de recursos e, em seguida, devido à pandemia. Em 2023, o projeto retorna com o tema “O Povo Tuxá e o Bioma Caatinga: Da Beira do Rio ao Raso da Catarina”.

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto do projeto "O Povo Tuxá e o Bioma Caatinga: Da Beira do Rio ao Raso da Catarina" na formação identitária e cultural dos estudantes Tuxá e no fortalecimento de seu vínculo territorial. Além disso, busca compreender como a integração entre metodologias ativas e saberes ancestrais contribui para uma educação escolar indígena específica e intercultural. Justifica-se pela importância de explorar práticas pedagógicas que promovam uma educação contextualizada e alinhada às demandas socioculturais do Povo Tuxá, em um cenário de contínua disputa por território. Com base no conceito de território de Milton Santos, este estudo considera o território não apenas como espaço físico, mas como um local de significação e identidade, essencial para a manutenção das práticas culturais e identitárias.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada na etnometodologia, que permite captar as práticas e interpretações dos sujeitos dentro de seu contexto

sociocultural. Para investigar o impacto do projeto na comunidade escolar indígena e na formação dos estudantes, utilizou-se a análise documental e a observação participante como métodos principais de coleta de dados. A análise documental foi realizada a partir de materiais institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), registros escolares e resultados dos projetos, que forneceram uma visão detalhada dos objetivos e das diretrizes pedagógicas da escola.

A observação participante ocorreu ao longo das atividades do ano letivo, permitindo uma imersão nas práticas e interações escolares, nas quais foi possível observar a utilização do espaço escolar e do território como elementos educativos e culturais. A etnometodologia guiou a condução das conversas com a comunidade escolar ao buscar entender como os sujeitos interpretam e ressignificam as práticas educacionais no contexto específico da escola indígena.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de conteúdo, identificando padrões e categorias relevantes, como práticas pedagógicas, identidade cultural e territorialidade. Para isso, o conceito de território de Milton Santos foi utilizado como referencial teórico, interpretando o território não apenas como espaço físico, mas como um local de significação e identidade essencial para a manutenção das práticas culturais do Povo Tuxá.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Desde o contato com os colonizadores, a educação indígena no Brasil foi marcada por tentativas de catequese, civilização e integração à sociedade dominante, negando culturas e identidades indígenas. A partir da década de 1970, e sobretudo com a Constituição de 1988, os povos indígenas conquistaram — ao menos na lei — o direito à educação diferenciada e de qualidade, com foco na valorização de suas culturas, línguas e saberes (BRASIL, 1988). Leis posteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), reforçaram esse direito, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e a formação de professores indígenas.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) (BRASIL, 1998) teve como objetivo apoiar a formação de docentes indígenas e a criação de currículos adequados às escolas indígenas em todo o território nacional. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (DCNEI) (BRASIL,

1999) fundamentaram a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, enfatizando a autonomia pedagógica e curricular com participação comunitária.

A Lei nº 11.645 (BRASIL, 2008) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas de educação básica. No entanto, a lei não exige a inclusão desse conteúdo nos cursos superiores. A ausência desta formação específica contribui para perpetuação de visões eurocêntricas e, muitas vezes, reforçam estereótipos e preconceitos. O processo de aculturação e a discriminação enfrentada por povos indígenas podem gerar conflitos de identidade nos estudantes. A escola pode desempenhar um papel importante na construção de uma identidade indígena positiva e no fortalecimento da autoestima dos alunos (DELMONDEZ & PULINO, 2014).

O decreto nº 6.861 (DECRETO PRESIDENCIAL, 2009), dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em Territórios Etnoeducacionais e elenca no parágrafo segundo, item VI que a "afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena" é um dos objetivos da educação escolar indígena.

Para Santos (1978), o espaço de interesse é aquele humano e social, compreendido como um conjunto de relações que se manifestam por meio de formas e funções, as quais testemunham uma história moldada por processos do passado e do presente. Esse espaço social é constituído por formas de relações sociais, atuais e históricas, que revelam uma estrutura dinâmica em transformação, visível através dos processos e funções que ocorrem e se entrelaçam continuamente. Para o autor, "o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência" (Santos, 2011, p. 13). Quando elegemos o uso como elemento de entendimento do território convocamos os sujeitos da ação em suas existências e, assim, este é um conceito fundamental na análise de práticas pedagógicas em escolas indígenas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com relatos da comunidade escolar, a criação do Colégio Estadual Indígena Capitão Francisco Rodelas (CEICFR) trouxe avanços significativos para a educação da comunidade, oferecendo uma educação do Povo Tuxá para o Povo Tuxá, com foco na valorização da identidade cultural e territorial. A escola é um espaço de

ressignificação da cultura indígena, atuando como agregador de práticas pedagógicas que atendem às necessidades da comunidade. Antes da criação da escola, as crianças e jovens da aldeia estudavam em escolas municipais junto com alunos não-indígenas, o que resultava em casos de preconceito e evasão escolar. Com a criação do CEICFR, esse cenário começou a mudar, possibilitando a preservação e fortalecimento da cultura indígena no ambiente escolar.

Segundo o PPP do CEICFR, os objetivos da escola incluem promover o acesso, a permanência e a garantia da aprendizagem significativa para crianças, adolescentes, jovens e adultos, valorizando a pluralidade estética e o respeito às diversas culturas e formas de ver o mundo. A filosofia da instituição está centrada na formação integral do aluno, enquanto sua missão é proporcionar uma educação alicerçada em valores humanísticos e éticos.

Conforme explica a coordenadora pedagógica do colégio, o projeto discutido neste estudo, que culmina em uma feira cultural ao final do ano letivo, possui grande relevância não apenas para a escola, mas para o município de Rodelas, uma vez que a feira é planejada para envolver também os alunos das escolas não indígenas, proporcionando a eles uma oportunidade de conhecer aspectos fundamentais da cultura e da luta do Povo Tuxá.

Segundo Freire (1959), a falta de experiência democrática está ligada diretamente à herança histórica de uma educação marcada pelo caráter verbal e pela desumanização, e, para isso, a escola assume um papel de domesticação dos educandos, tornando-os disciplinados e moldando suas condutas. Assim, o processo educacional padroniza os estudantes para que, fora do ambiente escolar, continuem a reproduzir um modelo de consciência conformista e uniforme (FOUCAULT, 2009).

A organização do projeto, portanto, representa uma prática pedagógica que desafia a função historicamente atribuída à escola, como discutido por Freire e Foucault. Ao tornar as vivências de seu povo como parte do currículo e ao convidar estudantes de escolas não indígenas a conhecer a cultura e as lutas do Povo Tuxá, a escola rompe com o papel de padronização tradicionalmente imposto ao ambiente educacional. O CEICFR fomenta um diálogo intercultural e democrático, promovendo uma educação que valoriza a identidade e a resistência indígena. Assim, o projeto não apenas celebra a cultura Tuxá, mas também desafia o modelo educativo histórico que marginaliza saberes não hegemônicos.

A iniciativa dos projetos e feiras culturais teve início em 2015 com a primeira edição com tema “Eu sou Tuxá com orgulho”, a segunda edição no ano seguinte de nome “Contando e encantando as histórias do nosso povo”, em 2017 a terceira edição chamada “Povo Tuxá e o Velho Chico: mergulhando nas águas da resistência”, a quarta edição aconteceu em 2018 no território que estão na luta pela demarcação e chamou-se “Dzorobabe da nação Tuxá: da origem a autodemarcação”. No ano de 2019 o projeto não aconteceu devido a falta de recursos e entre em 2020 e 2022 não ocorreu por conta da crise sanitária ocasionada pelo COVID-19, retornando no ano de 2024.

Na perspectiva de Freire (1974), a luta política centra-se nos direitos dos oprimidos em relação ao conhecimento, incluindo: o direito de compreender mais profundamente o que já conhecem por meio de suas experiências; o direito de acessar conhecimentos apropriados pelos opressores e historicamente negados; e o direito de produzir seu próprio conhecimento, fundamentado em seus valores, interesses e necessidades sociais, culturais e políticas. Tal perspectiva encontra ressonância no projeto cultural pois, ao longo das edições a escola constrói um espaço onde o Povo Tuxá pode não apenas aprofundar o entendimento sobre sua própria história e cultura, mas também afirmar esse conhecimento de forma pública e pedagógica abrindo-o, inclusive, para outros grupos. Cada edição temática reforça uma história de resistência e a construção coletiva da identidade Tuxá, promovendo uma educação que se afasta do modelo colonialista e se torna, assim, um ato de afirmação e empoderamento para toda a comunidade.

Há mais de três décadas, o Povo Tuxá enfrenta a perda progressiva de acesso ao seu território tradicional, por conta da construção da Hidrelétrica Luiz Gonzaga pela CHESF, que reduziu as possibilidades de práticas ancestrais de manejo dos recursos naturais da caatinga. De acordo com o convite da escola para a feira cultural, destaca-se o conceito de “Território que supera a visão de terra e passa a ter um significado amplo. Temos nossos territórios como base para a organização da vida coletiva: social, cultural, política, econômica e religiosa.” e “Para as sociedades indígenas, a Terra é um elemento sagrado fundamental. É através do território que conseguem desenvolver suas atividades, pois a natureza é responsável pela renovação dos elementos essenciais para o bem viver.”

Conforme a perspectiva de Milton Santos apresentada, o território transcende a dimensão física, constituindo-se como um espaço vivido e carregado de significados. Para os Tuxá, a perda do território ancestral significou não apenas a restrição de suas práticas tradicionais de manejo da caatinga, mas também a desterritorialização de um modo de vida intrinsecamente ligado à natureza e à espiritualidade, corroborando a ideia de que o

território é um elemento fundamental para a construção e manutenção de identidades coletivas.

A expropriação territorial do Povo Tuxá, decorrente da construção da hidrelétrica Luiz Gonzaga, ilustra a complexidade das relações entre o homem e o espaço, tal como concebido por Milton Santos. A perda do território ancestral não se limita à dimensão física, mas implica na destruição de um espaço vivido, marcado por uma rica diversidade cultural e por uma profunda conexão com a natureza. A paisagem da caatinga, antes um elemento central na vida dos Tuxá, foi transformada, resultando na perda de um lugar singular e na fragmentação de suas relações sociais.

Além de Milton Santos, a luta pela demarcação territorial encontra ressonância nas reflexões de Porto-Gonçalves sobre a relação entre o povo, o território e a resistência — uma forma de existir que se manifesta a partir de um lugar próprio e de uma racionalidade singular, capaz de resistir e recriar diante das adversidades:

Aqui, mais que resistência, que significa retomar uma ação anterior e, assim, é sempre uma ação reflexa, o que temos é r-existência, isto é, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que atua nas circunstâncias, inclusive re-atua a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, atua entre duas lógicas. (Porto-Gonçalves, 2006)

Os grupos de trabalho no projeto da escola compreendem estudante de diversas séries. Com o tema do projeto, os estudantes da terceira série do ensino médio concorreram e ganharam em primeiro lugar estadual no PROVE — Projeto de produções Visuais Estudantis com o vídeo Wadi Dsikié Dhé Radda (Não Calar a Mãe Terra). Os estudantes envolvidos no vídeo forneceram um relato sobre a experiência:

Desde o início, ansiamos poder contar uma história que refletisse a visão e as experiências da nossa comunidade, com o objetivo de promover a representatividade e protagonismo do Povo Tuxá e sua história de luta pela preservação da vida. Para nós, era mais do que apenas um projeto: era uma chance de dar voz ao nosso povo, em honra aos nossos antepassados e àqueles que tiveram suas vozes silenciadas.

O processo de criação do vídeo foi intenso e enriquecedor. Trabalhamos em equipe e em família. Trocando ideias e aprendendo sobre técnicas de filmagem, edição e narrativa. Cada ensaio e cada gravação foram momentos de aprendizado, onde exploramos a criatividade e a expressão.

Ver o público reagindo ao nosso trabalho foi indescritível. Os aplausos e as lágrimas emocionadas nos mostraram o impacto que a arte pode ter na vida das pessoas. Sentimos uma profunda conexão com todos ali presentes, como se cada um estivesse partilhando do mesmo sentimento. Ver a história do nosso povo sendo ouvida e valorizada é de grande valia para nossa comunidade. Ser parte disso é um grande orgulho para nós. (Parte do relato de dois estudantes da 3ª série EM, participantes do projeto em 2023.)

O relato dos estudantes evidencia que o projeto escolar vai além de uma simples atividade acadêmica, desempenhando um papel fundamental na promoção da

representatividade, do protagonismo e na valorização da cultura e história do Povo Tuxá. O relato ilustra o impacto transformador do projeto, revelando que ele proporciona aos estudantes o desenvolvimento de habilidades técnicas e criativas, ao mesmo tempo em que fortalece a coesão comunitária e a autoestima coletiva. Além disso, ao verem a reação do público, os alunos perceberam o poder da arte como meio de sensibilização e mobilização social, o que reforça a relevância da educação contextualizada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada evidencia a crucial importância do território para a identidade e a cultura do Povo Tuxá, corroborando a perspectiva de Milton Santos sobre o território como espaço vivido e carregado de significados. A perda do território ancestral, além de implicar em perdas materiais, resulta na fragmentação de relações sociais e na desterritorialização do povo, impactando profundamente sua forma de vida.

Nesse contexto, a escola indígena, ao valorizar a cultura e o território, desempenha um papel fundamental na construção de uma identidade coletiva e na resistência a processos de dominação. O projeto e a feira cultural, ao promoverem o acesso e a disseminação de saberes ancestrais, contribuem para a descolonização do currículo e para o empoderamento político e cultural da comunidade Tuxá.

Os resultados do IDEB do CEICFR em 2023 demonstram o potencial da educação escolar indígena quando baseada em metodologias ativas e saberes ancestrais. O sucesso acadêmico dos estudantes Tuxá pode ser atribuído, também, à valorização de práticas pedagógicas que consideram a oralidade, a participação comunitária e outros aspectos específicos do contexto cultural indígena.

Este estudo contribui significativamente para o debate sobre a educação escolar indígena, ao demonstrar como a integração entre saberes ancestrais e metodologias ativas pode fortalecer a identidade, o vínculo territorial e o desempenho acadêmico dos estudantes indígenas. As evidências apresentadas neste trabalho podem servir como referência para a formulação de políticas públicas e para a implementação de práticas pedagógicas mais eficazes em contextos culturais específicos, promovendo uma educação escolar indígena de qualidade e relevante.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (DCNEI). Parecer CNE/CEB nº 14/1999. Brasília, DF: CNE, 1999.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

DELMONDEZ, P.; PULINO, L. H. C. Z. Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 632-641, 2014.

DURAZZO, L. *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimento, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé*. 392f. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

Decreto Presidencial nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em Territórios Etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, DF.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 1959.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, A. E. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. P151-197.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3ª. ed.